

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO

FRANCIELI JORGE DOS SANTOS

**O VOTO DE CABRESTO NO SÉCULO XXI: UM APRENDIZADO
UTILIZANDO A CHARGE COMO METODOLOGIA DE ENSINO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2020

FRANCIELI JORGE DOS SANTOS



**O VOTO DE CABRESTO NO SÉCULO XXI: UM APRENDIZADO
UTILIZANDO A CHARGE COMO METODOLOGIA DE ENSINO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Umuarama, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ivone Teresinha Carletto de Lima.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2020



TERMO DE APROVAÇÃO

O Voto de Cabresto no Século XXI: Um Aprendizado Utilizando a Charge como
Metodologia de Ensino
Por

Francieli Jorge Dos Santos

Esta monografia foi apresentada às 20:50 h do dia 25 **de Setembro de 2020** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Umuarama, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Dra. Ivone Teresinha Carletto de Lima
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Dr. Ricardo dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Ms. Nelson dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico este trabalho a minha família pelo apoio nesta caminhada, ao meu namorado pelo incentivo e paciência, e a minha orientadora por sua atenção e dedicação no processo desta elaboração.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Dra. Ivone Teresinha Carletto de Lima pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“O dinheiro mal usado forma servos, a educação os emancipa. As armas eliminam a vida, a educação as preserva. É por isso que sou um professor, o mais humilde e revolucionário dos profissionais. E, como professor, acredito na educação, e por vivê-la tenho um poder que dinheiro nenhum pode comprar e arma nenhuma pode propiciar. O poder de formar mentes livres...”(AUGUSTO CURY)

RESUMO

SANTOS, Francieli Jorge dos. O voto de cabresto no século XIX: um aprendizado utilizando a charge como metodologia de ensino. 44 p. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

Este trabalho tem como temática abordar sobre a ocorrência do voto de cabresto nas eleições atuais, comparando esses resquícios da República Velha com as negociações do voto, analisando a construção do sufrágio universal e as leis que estabelecem regras a fim de garantir uma boa conduta durante as eleições. Este trabalho teve como objetivo conscientizar o jovem eleitor dos seus direitos como cidadão de escolher o candidato que melhor possa governar como também dos seus deveres de cidadão ativo na sociedade, devendo por tanto fiscalizar e cobrar dos seus representantes políticos. A metodologia adotada na realização deste trabalho foi conduzida a partir de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e leis nacionais que abordam sobre a política do voto de cabresto, e uma breve pesquisa descritiva das características dos eleitores que negociam o seu voto, as leis que garantem o direito ao voto secreto e as que estabelecem punições para os casos de fraudes eleitorais. Como proposta pedagógica utilizou-se a charge como um exemplo dos métodos de ensino, especificamente para o ensino de História. Utilizando a charge como uma metodologia de ensino, o que se espera com este recurso é fazer uma leitura analítica sobre o tema “voto de cabresto” como resquício da Primeira República despertando nos alunos a consciência do poder de um voto e ao professor a importância de buscar novos recursos e métodos pedagógicos a serem praticados na sala de aula.

Palavras-chave: Voto de cabresto. Compra de voto. Cidadão. Leis. Charge.

ABSTRACT

SANTOS, Francieli Jorge dos. The halter vote in the 19th century: a learning process using the cartoon as a teaching methodology. 44 p. Monograph (Specialization in Education: Teaching Methods and Techniques). Federal Technological University of Paraná, Medianeira, 2020.

This paper has as its theme to address the occurrence of the halter vote in the current elections, comparing these remnants of the Old Republic with the vote negotiations, analyzing the construction of universal suffrage and the laws that establish rules in order to guarantee a good conduct during the elections. This work aimed to make young voters aware of their rights as citizens to choose the candidate who can best govern as well as their duties as an active citizen in society, and should therefore inspect and charge their political representatives. The methodology adopted in carrying out this work was conducted based on bibliographic research in books, articles and national laws which deal with the halter vote policy, and a brief descriptive survey of the characteristics of voters who negotiate their vote, the laws that guarantee the right to secret ballot and those that establish punishments for cases of electoral fraud. As a pedagogical proposal, the cartoon was used as an example of teaching methods, specifically for the teaching of history. Using the cartoon as a teaching methodology, what is expected with this resource is to make an analytical reading on the theme “halter vote” as a remnant of the First Republic, awakening in students the awareness of the power of a vote and the teacher the importance of seek new teaching resources and methods to be practiced in the classroom.

Keywords: Halter vote. Vote purchase. Citizen. Laws. Cartoon.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	11
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	13
3.1 O VOTO DE CABRESTO	13
3.2 O VOTO NEGOCIADO	19
3.3 O USO DA CHARGE COMO FONTE HISTÓRICA.....	24
3.4 CONTRIBUIÇÕES DAS CHARGES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO	30
3.5 PROPOSTA PEDAGÓGICA: APRENDENDO SOBRE O VOTO DE CABRESTO NO SÉCULO XXI UTILIZANDO AS CHARGES.....	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Depois do período da História do Brasil caracterizado como ditadura militar, a Constituição mudou e os cidadãos conquistaram o direito de votar livremente em seus candidatos além de garantir o voto direto e secreto. Porém, ainda existem resquícios do voto de cabresto em pleno século XXI, diante disso é possível observar as negociações de compra e/ou troca de voto durante as campanhas eleitorais, prática está considerada um crime previsto na Lei das Eleições nº 9504/97, apesar de ser um crime esta atitude é antiética, o cidadão vende seu direito de escolher livremente e colocando a cima de tudo seu próprio interesse a despeito dos de outrem.

A metodologia utilizada neste trabalho baseou-se em uma revisão literária, onde se realizou uma pesquisa bibliográfica na intenção de elucidar o funcionamento do voto de cabresto e o autoritarismo dos coronéis nas eleições abordados pelos autores Victor Nunes Leal e Laurentino Gomes, permitindo compreender o longo processo pelos direitos eleitorais, o processo de construção do sufrágio universal e as leis promulgadas que garantem esse direito como também as normas para que as eleições aconteçam de forma transparente e justa.

Segundo uma pesquisa realizada pela Transparência Brasil e pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), de acordo com os resultados obtidos independente da classe social, os eleitores trocam, e até negociam o seu voto pensando no seu próprio benefício (SPECK, 2003, p. 167).

Diante da situação atual, onde é possível observar como os eleitores trocam seu voto, direito este garantido por lei e que através de uma luta árdua ao longo de décadas, infelizmente observa-se como a prática da “venda de voto” se tornou comum para grande parte dos eleitores.

A elaboração deste trabalho tem como objetivo responder a questão de Gilberto Cotrim (2005, p. 468) “O voto de cabresto era um sistema típico de controle de poder político durante a Primeira República. E hoje, o voto de cabresto desapareceu totalmente do cenário político ou ainda existem resquícios?”

E ainda conscientizar os jovens eleitores dos seus direitos como cidadão para escolher o candidato que melhor possa governar como também conhecer e valer-se dos seus deveres de cidadão ativo na sociedade, devendo por tanto fiscalizar e cobrar dos seus representantes políticos.

Com o surgimento da Escola dos Annales, no final da década de 1920, os documentos históricos passaram a ser discutidos e utilizados na metodologia pedagógica, um dos métodos que foi discutido é o uso da charge no ensino de História com o objetivo de tornar a aula lúdica e interessante para os alunos, compreender a importância do professor em pesquisar e incluir novas técnicas de ensino em seus planos de aula, como também aplicá-los na prática pedagógica.

Cada docente deve procurar métodos que possam atrair os seus alunos para o ensino, pois, é muito importante pesquisar e analisar técnicas de ensino que possam contribuir no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem tornando suas aulas diferenciadas. Mas não basta utilizar recursos pedagógicos e atraentes para os alunos como documentos históricos e técnicas de ensino se não houver uma transformação na metodologia a ser trabalhada na sala de aula sem um objetivo estabelecido e uma proposta pedagógica com recursos ligados ao contexto.

A charge como foco dessa pesquisa apresentou-se como uma técnica de ensino com o objetivo de fazer uma leitura analítica sobre o tema “voto de cabresto” durante a Primeira República (1889 – 1930) e posteriormente uma leitura de caráter crítico sobre esse resquício, o voto nos dias atuais, a ser discutido na sala de aula despertando nos alunos a consciência do poder de um voto e ao professor a importância de pesquisar novos recursos pedagógicos a serem praticados na sala de aula.

Dessa forma, a pesquisa se norteou em apresentar a charge como uma metodologia de ensino a fim de proporcionar uma leitura analítica sobre o tema proposto: o voto de cabresto.

Contudo, se torna essencial uma educação que possa auxiliar no desenvolvimento da conscientização sobre o voto a fim de promover a moralidade e a ética na política, despertando no jovem cidadão a consciência de que o voto pode mudar o nosso futuro. E assim, eliminar de vez o crime de manipulação sobre o eleitor.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O método utilizado para a elaboração deste trabalho baseou-se em uma pesquisa bibliográfica utilizando-se de livros, artigos de periódicos e documental (neste caso, as leis nacionais) expondo sobre o tema de estudo “voto de cabresto” e “compra de voto”. Tendo como objetivo gerar novos conhecimentos despertando no indivíduo a consciência de exercer seus direitos.

No livro de Victor Nunes Leal (2012) “Coronelismo, Enxada e Voto” e o livro de Laurentino Gomes (2013) intitulado “1889” foi realizado uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de compreender o funcionamento do processo de “voto de cabresto” durante a República Velha (1889 – 1930), onde o coronelismo era a base fundamental de sustentação da política, visando favorecer os seus próprios interesses manipulavam-se os votos.

Foi realizada uma pesquisa documental com intuito de entender o processo da construção do sufrágio universal. A Constituição da República de 1891 no seu artigo 70 considera eleitor somente os “cidadãos acima de 21 anos e determina quem fica proibido de votar, os considerados mendigos, analfabetos, praças de pré e religiosos de ordem monástica”. Já a Constituição Federal de 1988 no seu primeiro artigo decreta o “exercício do sufrágio universal e o voto direto e secreto”, aqui se considera “com valor igual para todos”. Sobre a Lei nº 9709/98 regulamenta sobre o voto direto e secreto. E a Lei nº 9504/97 que estabelece as normas para as eleições.

Segundo Santos (2002) quanto as fontes de dados, o estudo se caracteriza como bibliográfico, pois se fundamenta em “livros, periódicos, relatórios”, além de documentos, arquivos e artigos científicos disponíveis em sites de internet. (SANTOS. 2002, p. 28)

Quanto ao artigo de Bruno Speck (2003) realizou-se uma breve pesquisa descritiva, a fim de compreender as características dos cidadãos que ofertam o seu voto durante as campanhas eleitorais.

Com base nos artigos “As charges e suas potencialidades como fontes históricas” do autor Fabiano Coelho (2016) e “O uso da imagem no ensino de História” da autora Valesca Giordano Litz (2009) realizou-se uma análise onde se descreve a importância de o professor recorrer a novos instrumentos que poderão ser utilizados na metodologia de ensino.

Para Gil, “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (GIL. 1994, p.71)

Diante do exposto, pode-se ainda caracterizar a pesquisa de exploratória segundo seu objetivo, pois, segundo Santos, “A pesquisa exploratória é quase sempre feita como levantamento bibliográfico, entrevistas com profissionais que estudam/atuam na área” (SANTOS. 2002, p. 27)

Para complementar, Santos (2002), afirma que, quanto aos procedimentos, a pesquisa bibliográfica se caracteriza por abranger um conjunto de materiais que contém informações organizadas e divulgadas por outros autores.

Como se trata de pesquisa que oferece análises referentes investigações, estilos e convergências de opiniões e conceitos, se caracteriza como uma abordagem qualitativa. Segundo Lakatos e Marconi (2008, p.269) o enfoque qualitativo versa sobre uma pesquisa que tem como objetivo, avaliar e explicar aspectos detalhados, apresentando a complexidade da conduta do ser humano.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 O VOTO DE CABRESTO

A compra de voto é uma prática de corrupção, que infelizmente se tornou comum durante as campanhas eleitorais, passando a ser negociada como mercadoria e/ou trocada por favores entre o eleitor e o candidato. Para tal prática se faz necessário compreender a construção do voto no Brasil.

A Primeira República (1889 – 1930), também denominada por alguns historiadores de República Velha por estar em contraposição ao período da pós-revolução de 1930, foi um período de nossa história marcado por transformações políticas, econômicas e sociais.

Segundo Gilberto Cotrim (2005, p. 460), durante este período o “coronelismo” era a base fundamental de sustentação da política, visando favorecer os seus interesses manipulavam-se os votos. Por outro lado, as oligarquias perduravam no poder através de alianças e “troca de favores que uniam os municípios, os estados e o governo federal”, sendo na maior parte dos casos ajudados e sustentados por grandes fazendeiros, conhecidos por “coronéis”. Essas alianças funcionavam como uma “rede de poder”, o coronel estabelecia uma aliança com outros grandes e poderosos fazendeiros para que juntos pudessem eleger o governador do estado, após eleito o governador recompensava o apoio recebido com verbas para o município.

Para compreender o dinamismo do “voto de cabresto”, antes devemos compreender o fenômeno de “coronelismo” e suas características, onde segundo Victor Nunes Leal (2012, p. 43) é representado por detentores de poder econômico e social, sob um regime baseado na troca de favores. Deste modo, nota-se que o poder público era totalmente dependente de eleitores proveniente da área rural, pois neste período havia um grande número de eleitores que residiam nessas áreas. E como o coronel tinha o poder de manipulação sobre os seus trabalhadores, estes trabalhadores se encontravam dependentes do seu coronel.

O “coronelismo” é resultado da superposição de um regime representativo com grande influência política, econômica e social. O “coronelismo” tem como base de sustentação a estrutura agrária no qual exercia o poder privado e manipulador nas

regiões do interior do Brasil, comprometido com o poder público através de trocas de benefícios próprios (LEAL, 2012, p.43-44).

Pertencentes a classe social dos dominantes, o campo de atuação do “coronelismo” era basicamente as grandes propriedades, onde ele desempenhava seu poder de autoridade sobre os mais frágeis, neste caso os próprios trabalhadores tinham sua força de trabalho explorado pelo coronel e devido ao baixo salário que recebiam, tornavam-se dependentes do coronel. (COTRIM, 2005, p. 459).

Como explica Gilberto Cotrim (2005, p. 459) o poder dos coronéis excedia os limites da fazenda, podendo alcançar também as cidades, passando a denominar de “clientelismo”, as pessoas moradoras da região demonstravam fidelidade aos seus coronéis em troca de simples favores públicos, empregos e benefícios.

Na cidade os “chegados do coronel”, aqueles que representavam a classe média da cidade também tinham seus interesses, logo, procuravam de alguma forma manter contato com o coronel e ajudá-lo durante as campanhas em troca de empregos e cargos públicos.

O título de coronel era concedido pela Guarda Nacional - criada em 18 de agosto de 1831 pelo padre Diogo Antônio Feijó, com o objetivo de combater as milícias que eclodiam por todo o território brasileiro, mas que depois tiveram suas funções desvirtuadas para os interesses particulares dos grandes latifundiários, sendo extinta em 1918.

Barbosa Lima Sobrinho (apud LEAL, 2012, p. 38) afirma que aos poucos passaram a estabelecer um valor em dinheiro para essas patentes. Aquele que pretendesse adquirir um título deveria se disponibilizar a pagar um preço considerável por um “poder público”, e através de uma condecoração essa patente traduzia o prestígio real desejado pelos grandes fazendeiros, “intercaladas numa estrutura social profundamente hierarquizada”, ou seja, o poder era baseado na riqueza que o proprietário de terra possuísse.

Para manter o poder, o coronel firmava alianças com outros ricos fazendeiros para eleger um governador de estado, por exemplo, e, assim, garantir benefícios ao seu município. Lima Sobrinho (apud LEAL, 2012, p. 40) acrescenta que para o coronel manter a liderança local sentia uma necessidade de se mostrar como um grande colaborador para aqueles mais necessitados, enquanto para os seus adversários mostrar o tamanho da sua influência social e poder econômico.

Nota-se como era o poder de liderança dos ricos fazendeiros que além de usar do seu poder local muitas vezes se mostrando como benfeitor para aqueles necessitados, também usavam de violência para impor respeito diante dos mais ricos e influenciadores poderosos.

Lima Sobrinho (apud Leal, 2012, p. 41) faz uma observação, a partir de 1975 com a expansão do urbanismo, e junto com ele o surgimento das profissões liberais e a evolução dos meios de comunicação, o “prestígio de coronel vai minguando”, entretanto tal fenômeno ganha uma nova roupagem, a de “doutor”.

Durante a Primeira República, surgiram diversos confrontos entre a oligarquia rural e os militares da Força Armada no qual disputaram a liderança do Estado. Neste caso, com a crise do café, as oligarquias rurais reagiram e lutaram pelo controle do Estado com o objetivo óbvio de se beneficiarem utilizando de diversas formas para conquistar o controle sobre o Estado como, por exemplo, o controle de manipulação no momento das eleições.

As eleições eram praticamente de fachada, marcada por fraudes e perseguições aos opositores. Durante as eleições, frequentemente, as urnas eram roubadas e depois reapareciam cheias de votos, o que garantia tranquilamente a eleição do detentor do poder regional, um detalhe observado é que por muitas vezes se contavam mais votos do que o número de eleitores.

Outro ponto a ser destacado seria o voto não ser secreto, com isso os coronéis colocavam capangas para vigiar os seus eleitores para votarem no seu candidato e até mesmo a polícia era convocada para impedir os eleitores da oposição de votarem (GOMES, 2013, p. 81).

A prática do coronelismo durante a Primeira República era tão frequente que criaram leis amparando os mais ricos, definindo o limite da renda mínima, por exemplo, foram criadas com o intuito de determinar quem poderia votar e quem seria excluído deste processo, pois, desta forma, favorecia os ricos fazendeiros em manter o seu poder de dominação sob as áreas de seu interesse, ou seja, uma maneira de preservar o poder das Oligarquias e garantir o poder na mão de poucos.

Gomes (2013, p. 84) expõe sobre como as oligarquias foram excluindo aqueles considerados mais fracos, no sentido de poder econômico, promulgaram uma lei em 1846 que dobrava a renda mínima dos eleitores para 200 mil réis, o que era considerado um absurdo se comparado com o salário médio das províncias mais ricas na época. Outra observação se faz sobre a reforma eleitoral em 1881 quando foi

instituído pela primeira vez o voto direto para as eleições legislativas, e os analfabetos foram excluídos desse direito.

A estrutura agrária fornecia a base de sustentação dessa manipulação de poder entre os proprietários de terras e os seus candidatos. A economia brasileira na década de 1920 era predominantemente agrícola e estima-se que aproximadamente 70% da população trabalhadora exerciam atividades na agricultura, e estes recebiam salários miseráveis pelos seus esforços que eram explorados pelos coronéis.

Apesar disso, o coronel se mostrava “bonzinho” com os funcionários auxiliando-os na educação e na saúde dos filhos, e até empréstimos em dinheiro tornando-se assim simples trabalhadores rurais dependentes do coronel (COTRIM, 2005, p. 459).

De acordo com Alfredo Boulos Júnior (2016) os coronéis utilizavam do seu poder e também se aproveita da situação das pessoas mais “frágeis”, tais como os desempregados, doentes e as famílias mais pobres, oferecendo-lhes o que necessitavam naquele momento em “troca de favores”, neste caso o eleitor beneficiado pelo coronel deveria lhe retribuir votando no candidato indicado por ele.

Geralmente, os coronéis conseguiam o voto dos eleitores através da “troca de votos”, mas isso quando não usava da força física. O voto era trocado por objetos que o eleitor necessitava como, por exemplos, roupas e sapatos, outras necessidades tais como remédios, empréstimos em dinheiro e vaga de emprego, e no dia da votação o coronel oferecia transporte e alimentação a fim de garantir o voto do eleitor. (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 52).

Na visão de Leal (2012, p. 47) o trabalhador rural completamente analfabeto, e por não conseguir ler as notícias, e também não tendo assistência médica, se encontra em dificuldades e até mesmo sem conhecimento suficiente para compreender esse sistema de manipulação dos mais ricos e poderosos, e por fim acabam dependentes do patrão.

Entretanto, Leal (2012, p. 47) acrescenta “ele luta com o coronel e pelo coronel”, como podemos compreender que tal situação prepotente em que se encontra o eleitor, pois seria óbvio que ele irá lutar do lado do coronel, até porque o coronel é o único que poderá lhe socorrer quando precisar.

A partir deste fato, observa-se que a política se executava com base na troca de favores, em que o coronel garantia a eleição dos seus representantes para os cargos políticos, estabelecendo, desta forma, um “curral eleitoral” - área de influência

onde o coronel mantinha o seu controle político - onde o coronel controlava o voto do eleitor, sendo este obrigado a votar no representante indicado pelo coronel, sistema eleitoral este denominado de “voto de cabresto”.

A palavra “cabresto” é derivada do latim *capistrum*, que significa “mordaça” ou “freio” que serve para prender e/ou controlar o animal. Assim, a manifestação da expressão “voto de cabresto” é entendida como eleitor amordaçado, ou seja, controlado por alguém (TRE-PI, 2016, p. 192).

Conforme a Constituição de 1891, muitos não tinham o direito de votar, definidos de excluídos, esses cidadãos eram, definitivamente, proibidos de votar. Tendo como exemplo os analfabetos que não podiam votar, para este caso os próprios coronéis encontravam uma solução, escrevia no pedaço de papel o nome do seu candidato e lhes entregavam para que estes leigos apenas depositassem o “seu voto” na urna eleitoral.

Quanto aos menores de idade, na maioria das vezes, tinham seus documentos falsificados para que pudessem ter o “direito de votar”. Outro fato curioso ocorrido durante as eleições era o denominado “voto fantasma”, um voto que praticamente não existia, mas era contado para alguém já falecido ou para algum cidadão que não estaria apto a votar.

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. (BRASIL, 1891, Art. 70)

Na visão de Leal (2012, p. 230), o município do interior era visto como um grande cenário de atuação para o coronelismo, onde os trabalhadores eram submissos ao coronel, através da proveitosa troca de favores. Logo, tornam-se comum as fraudes, a violência, o poder de manipulação sobre os eleitores e os cargos representativos, proporcionando vantagem a esse tipo de prática para as decisões realizadas nas urnas.

Antes da Primeira República (1889 a 1930), a Igreja Católica, especificamente, cabia a tarefa de executar os serviços de registros da população para o Estado, tais como registros de nascimento, de casamento e de morte. O padre tinha uma função considerável na época das eleições, era realizado no interior da igreja um número determinado de eleitores, um controle do recebimento das cédulas, a apuração dos votos, e também a expedição dos diplomas. E com a instituição da República, a Igreja foi separada do Estado e se instituiu o Registro Civil, e essas tarefas foram atribuídas para os delegados que se tornaram funcionários públicos. (LEAL, 2012, p.117 e 207).

Laurentino Gomes (2013) descreve em seu livro “1889” um trecho relatando a situação da mulher durante a República Velha, de acordo com a lei e na visão machista dos homens, a mulher era proibida de votar e também de cursar o ensino superior, pois acreditavam que as mulheres não eram capazes de tomar suas próprias decisões, ou seja, sem a interferência do pensamento masculino, sendo assim, compreende-se que o papel da mulher seria apenas cuidar da casa e dos filhos.

Gomes (2013, p. 167) explica que o sufrágio feminino ignorado pela primeira Constituição Brasileira, de 1824, “seria novamente recusado pela primeira Assembleia Constituinte Republicana, de 1891, e então somente incorporado ao Código Eleitoral por Getúlio Vargas em 1932, ainda assim com restrições”.

Neste caso, qual seria o papel da mulher? O papel da mulher seria apenas cuidar da casa e dos filhos. Veja um trecho relatado no livro de Laurentino Gomes sobre uma reunião no Congresso, onde se discutem sobre quem teria o direito de votar, neste caso sobre as mulheres:

Durante as discussões, um deputado chegou a propor o direito de voto às mulheres, mas seus colegas reagiram escandalizados. “Essa aspiração se me afigura imoral e anárquica”, alarmou-se Moniz Freire, representante do Espírito Santo. “No dia em que a convertêssemos em lei pelo voto do Congresso, teríamos decretado a dissolução da família brasileira” (GOMES, 2013, p. 224).

Lima Sobrinho (apud LEAL, 2012, p. 39) afirma que as eleições sempre se fizeram baseada no dinheiro, na base de troca e distribuições, que levava em conta o número de votos arranjados. Crimes eleitorais como este ocorrido na República Velha se fazem presentes no processo de votação, porém a Justiça Eleitoral prevê punições para este tipo de crime, conforme a Lei nº 9504/1997, artigo 39:

§ 5º Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR:

I - o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas;

II - a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna;

III - a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos (BRASIL, 1997, § 5º).

Leal (2012) conclui em seu livro que após a Proclamação da República (fato histórico ocorrido em 15 de novembro de 1889) esse processo eleitoral piorou, explica que aqueles que detêm o poder são viciados por esse mecanismo e completa que esses representantes ignoram os fatores econômicos e sociais. Todo progresso “no sentido da pureza formal dos pleitos” realizado durante o Império foi perdido com a instauração da República, pois esta não havia nada de pureza, pelo contrário, provocou contestáveis conflitos econômicos e políticos, resultando no ideal inatingível (LEAL, 2012, p. 223).

Diante disso, conclui-se que ainda existem resquícios do voto de cabresto no século XXI, no entanto, se torna essencial uma educação de conscientização do voto para promover a moralidade e a ética na política e também despertar a consciência de que o voto pode mudar o nosso futuro. E assim, eliminar de vez o crime de manipulação sobre o eleitor.

3.2 O VOTO NEGOCIADO

Desde a construção até a implementação do voto secreto houve muitas fraudes no processo eleitoral. Conforme já apresentado, inicialmente o voto era aberto e imposto pelo patrão, com isso grande parte da população esteve sob o controle das mãos da elite, os denominados coronéis.

Na medida em que o eleitor se torna informado através do acesso aos meios de comunicação em massa, progressivamente, as relações de dependência socioeconômica entre eleitor e patrão começam a enfraquecer.

Uma observação importante se faz sobre o voto ser secreto o que promove uma transformação no processo eleitoral. Nessa fase, Speck (2003, p.155) explica que ocorre uma transição do voto alienado para o voto negociado, surge então uma

nova relação entre candidato e eleitor baseado na troca, ou seja, o voto passa a ser negociado como uma simples mercadoria.

Speck (2003, p.156) apresenta em seu artigo a distinção do voto em três dimensões relacionado à negociação, a primeira se baseia no número de indivíduos envolvidos, pois quanto mais individual for à negociação, mais chance terá de ser “efetuada” a compra de votos; a segunda dimensão refere-se ao objeto a ser negociado em troca do voto, tais como bens materiais e dinheiro, como também cargos administrativos e o apoio político nessas negociações; e a terceira dimensão refere-se ao momento da compensação, desde as negociações imediatas até os compromissos futuros.

Entende-se que o “voto de confiança do eleitor” lhe garante o direito de acompanhar criteriosamente de perto a atuação do candidato eleito como seu representante no exercício político, de forma integral e permanente (SPECK, 2003, p. 156). Isso significa que a partir do momento em que o eleitor toma conhecimento dos seus direitos, acontece uma “libertação” das mãos da elite, e com isso o eleitor passa, finalmente, a exercer o seu próprio poder de escolha que se encontra garantido por lei.

Segundo Speck (2003, p.150) os resultados apresentados na pesquisa realizada pela Transparência Brasil e pelo IBOPE são alarmantes, independente da classe social pode-se afirmar que os eleitores trocam o seu voto pensando no seu próprio benefício, os levantamentos obtidos confirmaram a troca de bens materiais – remédios, roupas e sapatos, materiais de construção, material escolar, cesta básica e outros itens básicos – por voto.

Do que se pode analisar, independente da classe social, a atitude individual de cada cidadão é resultado para a sua sociedade, pois “mesmo que em condições desiguais, a prática da compra de votos incrimina todos os envolvidos ou os compromete moralmente” (SPECK, 2003, p.158). Conforme os dados obtidos da pesquisa concluem que tal fenômeno atinge todos os níveis sociais.

Em relação ao grau de escolaridade os eleitores com nível inferior (incompleta ou primária) são os menos procurados pelos candidatos em comparação com aqueles que possuem um nível superior (ginásio e colegial). Já os eleitores que possuem uma formação universitária recebem menos proposta de venda de voto por dinheiro, pois são ofertados cargos administrativos e empregos (SPECK, 2003, p. 160).

Em relação à classe social pode ser observado o seguinte, quanto mais baixa for a classe social, maior será a proposta de favores administrativos. Outra categoria analisada é a questão da idade, enquanto as pessoas com idade abaixo dos 40 anos são as que mais recebem propostas de compra de voto, conforme a pesquisa realizada os mais idosos ao menos são cogitados (SPECK, 2003, p. 163).

Considerando as grandes regiões brasileiras, os resultados apresentam diferenças significativas, enquanto nas regiões Norte e Centro-Oeste recebem proposta de compra de voto por dinheiro em até três vezes mais que as demais regiões, já nas regiões Nordeste e Sul são oferecidos favores administrativos, apesar do desenvolvimento regional que tais regiões apresentam. E outra característica aqui observada está relacionada ao tamanho do município, a proporção em que os municípios crescem, em população e economia, a taxa de oferta de compra de voto diminui (SPECK, 2003, p. 162).

Uma observação a ser destacado é sobre aqueles eleitores indecisos e que por vezes acabam por adiar sua pesquisa sobre um determinado candidato deixando para o dia da eleição, procurar conhecer sobre os candidatos, desta forma os eleitores indecisos se mostram desinteressados pelo rumo da sua pátria, tal atitude pode ser justificada pela falta de recursos cognitivos, sendo neste caso cidadãos que possuem um nível de escolaridade incompleto, por exemplo. Outro problema a ser destacado pode ser a escassez de meios de comunicação, o que poderá ser utilizado para explicar a falta de interesse pela política (LISI, 2010, p. 55).

De acordo com a análise empírica de Marco Lisi (2010, p. 56) essa indecisão eleitoral é um acontecimento, praticamente comum, para aqueles que possuem pouca ou até mesmo nenhuma informação sobre os candidatos e a falta de interesse nas decisões públicas podem ser explicadas pela idade avançada de certos eleitores que acreditam não ser mais necessário votar, pois o voto acima de 70 anos passa a ser facultativo.

Entre outras, com o desenvolvimento das tecnologias, das multimídias e das redes sociais tornou-se mais acessível para investigar e obter informações necessárias com a finalidade de revelar a verdadeira identidade do candidato. Um exemplo de pesquisa sobre os candidatos é a “Ficha Limpa” que através de iniciativas populares com o intuito de combater a corrupção e impedir a eleição de candidatos condenados por algum órgão colegiado conforme a Lei Complementar nº 135, popularmente conhecida por “Lei da Ficha Limpa” (BRASIL, 2010).

A situação política e econômica do nosso país hoje não está propícia, devido à crise que atinge a economia brasileira e as diversas investigações de caso de corrupção na política.

Muito se vê quando os cidadãos são questionados pelos jornalistas/repórteres sobre política, respondem de imediato que não entendem do assunto, outros afirmam ser um meio de roubar o povo, declaram que “política é sinônimo de corrupção”.

E pensando nisso, lembremos que o cidadão tem o direito de votar, conforme a Constituição, e além do seu voto ser secreto se realiza em urna eletrônica dificultando de certa forma as possíveis fraudes eleitorais. No entanto, o que acontece é que muitos dos cidadãos não votam com consciência, ou seja, esquecem e/ou simplesmente ignoram que o seu voto tem valor significativo para a sociedade em geral.

Contudo, eleitores indignados com tanta corrupção optam por votar em branco e até mesmo anulam o seu voto como forma de manifestação e, no entanto, não percebem que de certa forma estão contribuindo nas apurações dos resultados, ou seja, quem está à frente continua próximo de se eleger.

Com a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas a presidência da República, o coronelismo lentamente vai sendo enfraquecido, conforme explica Leal, com a crise do café os fazendeiros tem o seu poder econômico reduzido, enquanto por outro lado crescem as instalações de indústrias no Brasil e com apoio dos banqueiros e comerciantes fazem com que a economia urbana comece a sufocar a economia rural. Como consequência da industrialização a população passa a ter acesso aos meios de comunicação e dos meios de transportes, logo obtém acesso a informações necessárias que contribuem para o entendimento do funcionamento dos processos políticos e eleitorais (LEAL, 2012, p. 236-237).

Depois, em 1932 entra em vigor o primeiro Código Eleitoral do Brasil, tendo esta a finalidade de garantir o voto secreto, considerada por Leal (2012, p. 236) esta foi uma solução fundamental para barrar o poder da elite rural.

E mais tarde, em 1996, com a instalação da urna eletrônica para a realização do voto, nota-se outra solução considerável para a diminuição nas fraudes eleitorais. Conforme a Lei Nº 4737/1965, no que diz o artigo 103 o sigilo do voto é assegurado com o uso de cédulas oficiais, com cabine de isolamento para o eleitor realizar o seu voto de forma segura, em uma urna fechada com apenas um vago espaço onde serão depositadas as cédulas com os votos.

Após anos de luta pela liberdade de expressão, pelos direitos e pela democracia, a soberania popular passa então a ser igual para todos, “exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto”, direitos estes garantidos na Constituição e leis nacionais (BRASIL, 1988, Art. 14).

Entretanto, com as mudanças e conquistas por uma democracia socialmente justa e livre ocorrida desde a Revolução de 1930, nota-se que, infelizmente, ainda existem resquícios desse mecanismo que é o voto de cabresto, como também do coronelismo e do curral eleitoral na sociedade atual.

E hoje, apesar do voto estar garantido por lei e devendo ser exercido de forma direta e secreta, podemos perceber como o coronelismo está presente, porém em uma nova roupagem de terno e gravata, portando diploma, sem violência física, mas, psicológica, pressionando o eleitor a votar em um determinado candidato e ameaçando inclusive de perder seus benefícios e emprego, neste caso aos funcionários contratados pela prefeitura.

Infelizmente, é possível observar como os candidatos que se beneficiam com recursos e investimentos provenientes de terceiros para realizarem sua propaganda de campanha eleitoral se aproveitam da fragilidade e dos problemas sociais do eleitor oferecendo a eles cestas básicas, dinheiro, promessas de cargos, materiais de construção, atendimento médico e remédios gratuitos.

O curral eleitoral acontece, na maioria das vezes, em cidades pequenas e do interior “onde todo mundo conhece todo mundo” – frase popular de moradores de pequenos municípios – e até os candidatos. Um caso comum que ocorre nessas regiões é que quando um eleitor demonstra preferência por um determinado candidato e este não se elege, quando o eleitor necessita ou cobra algo do candidato eleito este lhe “joga na cara” que não irá ajudá-lo visto que era da oposição.

O “voto de cabresto” continua ativo na sociedade detentora do poder de escolha, ainda sim, lamentavelmente, o voto torna-se manipulado pelo candidato, melhor dizendo, o eleitor se encontra em desvantagem frente ao político, sendo este o possuidor do poder sobre o povo.

A compra de voto é uma prática frequente de corrupção realizada durante a campanha eleitoral, negociada como mercadoria ou troca de favores entre o eleitor e o candidato. Tudo isso pode ser observado durante os períodos de campanha eleitoral, independentemente do cargo a ser concorrido, os candidatos procuram por seus eleitores e agem como de forma natural a procura por votos, caso seja

necessário, estão dispostos a negociar um voto que para o cidadão não fará a diferença (essa é uma forma bastante errônea dos eleitores se justificarem para tal prática), pois para os eleitores essa é a “única chance” de se beneficiarem, pois após os candidatos de elegerem não conseguirão mais auxílio algum.

3.3 O USO DA CHARGE COMO FONTE HISTÓRICA

Com um movimento que se iniciou na França, final da década de 1920, tendo como precursores Marc Bloch e Lucien Febvre, a denominada Escola dos Annales onde apesar de propor um estudo de atividades humanas também revolucionou o conceito de documento histórico.

Tal movimento conduzido pelos historiadores annalistas tinha como prática estimular a interdisciplinaridade, ampliar temáticas historiográficas, expandir o uso de fontes históricas da mesma que eram utilizadas pelos historiadores, permitindo construir o pensamento crítico sobre a história da época dos fundadores do movimento. Outra função do movimento dos Annales estaria relacionada ao conceito de “tempo histórico”, favorecendo para o entendimento dos acontecimentos em diferentes dimensões do tempo (BARROS, 2012, p. 306).

Conforme sugere o movimento annalista, essa nova prática de ensinar história está “além de ser problemática, ela deve seguir sendo uma história científica” (BARROS, 2012, p. 319), ou seja, é preciso romper com o tradicionalismo e construir uma história com embasamentos em fontes e relatos históricos. E para isso, Barros (2012) acrescenta que essas problemáticas não devem ser apenas fundamentadas na história política, mas também deverá ser discutido “respeito à cultura, à economia, aos modos de pensar e de sentir, aos movimentos demográficos.” (BARROS, 2012, p. 319)

De acordo com as influências do movimento annalista, o professor deve propor aos seus alunos recursos metodológico com o intuito de auxiliá-los na busca do conhecimento, apresentar-lhes fontes históricas e conceitos históricos importantes a fim de estimular o desejo de se conhecer e compreender a História, entretanto, o que se planeja alcançar é acender no aluno a consciência histórica e, assim, fazê-lo compreender que ele é o sujeito atuante na construção da história.

De acordo com os fundadores da Revista dos Annales “a história faz-se, sem dúvida, com documentos escritos”, mas isso quando existem esses documentos históricos, e mesmo na falta deles poderão fazer história, porém de outras formas (FEBVRE, 1989, p. 61 apud COELHO, 2016, p. 1). Portanto, entende-se que as ações sociais e as experiências vividas pelo homem tanto contribuem para a investigação da história como se torna um requisito para a construção do conhecimento histórico.

O documento histórico possui uma vasta fonte de informações que ajudam a introduzir um tema, induzir o aluno na investigação dos acontecimentos históricos e assim desenvolver o conhecimento histórico. E pensando nisso, o uso de imagem como fonte histórica, especificamente a charge, no processo de ensino-aprendizagem se torna uma excelente fonte de pesquisa e análise para o ensino de História e compará-los com as problemáticas atuais, além de possibilitar aulas mais atrativas e prazerosas. Logo, é preciso que o professor saiba selecionar criteriosamente uma charge que venha contribuir para a compreensão e a construção do conhecimento do aluno.

Conforme alerta Litz (2009), o professor quando pretende trabalhar com a análise de uma imagem com seus alunos, alguns procedimentos metodológicos devem ser observados para não perder o foco daquilo que ele mesmo planejou.

Litz (2009, p. 6) sugere quando for utilizar a imagem como recurso pedagógico, este deverá estar conectado com o texto que será estudado permitindo ao aluno a possibilidade de realizar suas interpretações, fazendo observações e coletando informações que possam construir o conhecimento, fazendo-o compreender as diferenças e semelhanças entre épocas, culturas e lugares distintos.

A palavra charge é oriunda do francês “*charge*” que significa carga, ou exagero. A charge é um tipo de representação onde se retrata diversos assuntos da nossa realidade de forma crítica e humorística. Tendo como propósito criticar, denunciar e satirizar através da informação exagerada (LITZ, 2009, p. 32).

Segundo Litz (2009), a charge possui uma leitura de caráter humorístico e crítico retratando diversos temas do cotidiano, apresentando na maioria das vezes assuntos políticos e sociais, com fácil acessibilidade, geralmente são encontrados em jornais, revistas e sites humorísticos. (LITZ, 2009, p. 32).

A charge é desenhada por um profissional o “*chargista*”, este procura ilustrar de forma dinâmica e humorística um determinado assunto da atualidade, principalmente assuntos abordados em jornais informando sobre política e economia.

O modo como são relatadas as problemáticas da atualidade acaba chamando a atenção do leitor por ser algo diferente e atraente aos olhos, e desta forma o leitor, se desejar, poderá se aprofundar nas informações que estão exibidas na forma de charge.

A charge é considerada uma fonte histórica “pois relata um fato ocorrido em uma determinada época, dentro de um contexto cultural, econômico e social específico, carregada de várias informações” (LITZ, 2009, p. 32), que irão contribuir para a investigação dos acontecimentos ocorridos independente do período histórico.

Portanto, a charge fornece meios para reconstituir uma história, ou parte dela, o que torna importante fazer uma leitura crítica das experiências passadas e marcada por diversos fatores históricos relacionados às ações políticas, econômicas e sociais de diferentes épocas e culturas. “Assim, toda charge é portadora de uma memória histórica” (COELHO, 2016, p. 9).

O uso da charge no processo de ensino, especialmente na aula de História, é praticável devido valorizar o conhecimento prévio do aluno, despertando o interesse, tornando-o ativo e participativo, pois quando o professor utiliza recursos metodológicos diferentes e ilustrativos ao sair da rotina das aulas focadas somente no livro didático o aluno percebe a mudança e se posiciona para o que possa vir, ou seja, aguarda o professor e se atenta para o que ele tem a propor.

No entanto, é muito importante que o professor selecione a charge que seja adequada para ser utilizada em sua metodologia de ensino, o professor deve considerar a idade do aluno, a série/ano, verificar se o tema da charge a ser explorada possui o mesmo contexto histórico com o assunto estudado.

A charge possui representações que facilitam no momento da leitura permitindo ser exploradas e interpretadas. E por trazer consigo várias informações de uma só vez, faz com que tudo isso contribua para o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno.

A charge como fonte histórica deve ser analisada a partir de seu contexto histórico, apesar da charge apresentar esse caráter humorístico, poderá apresentar uma linguagem verbal e não-verbal, portanto, torna-se essencial que haja conhecimento histórico para se fazer uma leitura crítica com o objetivo de compreender “seu contexto histórico e das condições em que foram pensadas e construídas” (COELHO, 2016, p. 10).

Para fazer um bom uso da charge como documento histórico, torna-se indispensável que o professor avalie cuidadosamente este recurso metodológico conferindo se existe alguma ligação com o conteúdo a ser estudado, principalmente, antes de inseri-lo a sua metodologia.

Logo, a charge pode ser utilizada de diversas maneiras seja para introduzir um assunto, ou até mesmo para concluí-lo; relacionar com uma problemática atual; promover um debate entre os alunos permitindo-os a ter um posicionamento crítico.

Ao utilizar a charge como documento histórico na metodologia de ensino, este recurso deverá ter uma ligação direta, ou seja, possibilitar trocas de informações com o assunto a ser estudado, mas para isso o professor deve estabelecer os objetivos a serem alcançados.

Litz (2009, p. 33) nos orienta a utilizar a charge para introduzir um tema, ou após a introdução do tema para promover uma discussão do assunto, pois desta forma os alunos já possuem um conhecimento suficiente para realizar uma leitura crítica mais completa. Outra forma, bastante comum seria associar a charge com “textos escritos e em avaliações, quando o aluno poderá articular informações, interpretando-a de acordo com o que foi estudado” (LITZ, 2009, p. 33).

O professor deve orientar os seus alunos a tentar investigar a charge como fonte histórica, estimulando-os a analisar e interpretar todos os elementos presentes na ilustração, a mensagem que o chargista quer nos revelar e quais as informações que estão ligadas ao conteúdo estudado; e também conceituar a finalidade da charge. Mas, antes da apresentação da charge, torna-se essencial que o aluno possua um conhecimento prévio de certo assunto para que ele consiga realizar interpretações da charge e, assim obter os resultados desejados.

A partir das observações, conclui-se que ao trabalhar com a charge o professor deve proporcionar aos alunos reconhecerem este recurso metodológico como uma linguagem reflexiva para o ensino da História, visto que, o aluno precisa saber o que é charge e, posteriormente, reconhecê-la como uma fonte histórica.

Infelizmente, a disciplina de História é vista, na maioria das vezes, pelos alunos como monótona e repetitiva, muitos alunos não compreendem sua importância. E desenvolver um projeto de ensino para ser trabalhado na educação básica é essencial, pois visa superar a metodologia tradicional provocando no aluno a curiosidade e o desejo de buscar respostas designando contribuir para a construção do conhecimento histórico, e ainda, se reconhecer como sujeitos participativos na

sociedade. No entanto, é preciso tirar o aluno da sua passividade e instruí-lo a buscar essas respostas que almejam preencher as lacunas sobre a importância de exercer um voto consciente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999) mostram que “a história social e cultural tem se imposto de maneira a rearticular a história econômica e a política, possibilitando o surgimento de vozes de grupos e de classes sociais antes silenciados” (BRASIL, 1999, p. 21). Aqueles cidadãos considerados excluídos e incapazes de tomar decisões particulares e que tinha seus direitos reprimidos por leis, pois as leis favoreciam somente as oligarquias, atualmente, passam a ser objetos de estudo, buscando compreender as repressões e articular com os paradoxos e, assim criar novas medidas que possam garantir direitos de igualdade a todos.

Este trabalho teve como proposta conscientizar os futuros eleitores sobre a influência do voto no nosso país e refletir nas possíveis consequências que o voto poderá nos ajudar/causar. No intuito de ajudá-los entender que são cidadãos com direitos democráticos e livres, diante disso deve-se exercer a sua participação nas decisões a serem tomadas referentes ao destino do nosso Brasil.

As questões discutidas neste trabalho sobre o voto na Primeira República e o voto no século XXI tiveram como objetivo compará-los tanto como ocorria quanto quem tinha o direito de votar. Devido ao tema estar contido no currículo de História, um tema muito relevante para ser discutido na Educação Básica, especificamente com os alunos do Ensino Médio, torna-se essencial colocá-los frente a uma problemática atual com intuito de promover discussões e fazer com que todos os alunos colaborem com os seus conhecimentos.

Conforme os PCNs são importantes que o professor organize conteúdos que promova discussões sobre “a cidadania em uma perspectiva histórica”, criando condições para o aluno investigar os fatores que contribuíram para a garantia de direitos sociais, resultados de lutas e confrontos ao longo da história da humanidade (BRASIL, 1999, p. 26).

O coronelismo e o voto na República Velha; da primeira Constituição à Constituição atual vigente; as mudanças nos direitos e deveres dos cidadãos, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCNs), estes temas são problemáticas oportunas para abordar questões sobre a cidadania na História (BRASIL, 1998, p. 72). Apesar de serem temas indicados no PCNs do Ensino Fundamental, tão logo, se tornam indispensável para o desenvolvimento do

conhecimento e do desempenho do aluno que está frequentando o Ensino Médio, no exercício de cidadão crítico e social.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2018), o assunto política é extremamente útil para se debater em sala de aula, devido proporcionar argumentações que levam os alunos compreender sobre os assuntos essenciais relacionados à sociedade (BRASIL, 2018, p. 567). Deste modo, entende-se como é necessário promover discussões sobre política e os conteúdos que contextualizam para formação do pensamento crítico e social dos alunos.

Para tanto, a charge pode reproduzir bem a crítica social, de certo modo humorístico e irônico ilustra as problemáticas da sociedade, porém exige um conhecimento prévio, ou seja, é preciso compreender alguns fatores históricos, tais como tempo e espaço, para se fazer uma interpretação das informações obtidas e assim construir o conhecimento histórico a fim de interpretar a charge.

Quanto às fontes históricas, além dos livros didáticos e a utilização das charges como metodologia de ensino indicadas neste trabalho, existem várias fontes bibliográficas e digitais de fácil acesso que podem ser utilizadas como, por exemplo, livros, jornais, revistas, artigos com questões propostas pelos próprios autores, como também outros assuntos relevantes a serem discutidos em sala de aula.

Diante disso, é muito importante que o professor auxilie os seus alunos nas investigações e reflexões sobre determinados temas, e para que a educação que todos almejam, torna-se fundamental incluir novas técnicas de ensino para o plano de ensino visando apoiar na construção da consciência histórica dos seus alunos.

Um exemplo de recurso que está acessível para quase todos é a internet, porém, com o desenvolvimento e a acessibilidade da tecnologia essas inovações possibilitaram o fácil acesso a vários conteúdos que nem sempre geram resultados positivos, pois, os alunos acabam encontrando tudo pronto na internet e isso prejudica no desenvolvimento do pensamento crítico e impede a construção da consciência histórica, devido não haver problematização e investigação sobre o assunto estudado.

Portanto, cabe ao professor, na sua função de mediador do processo de ensino-aprendizagem, orientar seus alunos nas pesquisas, selecionar e indicar sites e conteúdos que sejam significativos para a metodologia que o professor planeja utilizar na sala de aula.

Lembrando, de que nem sempre o caminho mais fácil poderá levá-lo ao desenvolvimento da consciência histórica. Compreende-se que o despertar da

consciência histórica somente ocorrerá quando o aluno se sentir o protagonista da construção de sua história.

3.4 CONTRIBUIÇÕES DAS CHARGES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Toda pessoa contribui de algum modo para a construção e transformação da história, logo, cabe a cada indivíduo a consciência de agir livremente dentro da sociedade, lembrando, sempre respeitando leis e seguindo regras impostas pela própria sociedade à qual pertence o sujeito.

Conforme explica França (2010, p. 67) o conhecimento é entendido “como comunicação entre conceitos e realidade social, uma construção de significados e relações entre objetos, ideias e os indivíduos, fruto da interpretação do pensamento humano.” E como há diferentes interpretações, surgem distorções, e logo, surge a necessidade de promover uma investigação articulada com os documentos históricos.

Ainda de acordo com França (2010, p. 68), alguns procedimentos são necessários para o processo da construção do conhecimento histórico, as relações entre o professor, o aluno e o conhecimento são uma das contribuições deste processo, devido estar relacionado às trocas de experiências, relações afetivas e interesses próprios que possibilitam uma comunicação entre ambos sobre um determinado conteúdo a ser estudado.

Outra importante contribuição para o desenvolvimento do conhecimento histórico está relacionada ao ensino de História, no qual o professor é o mediador do processo de ensino-aprendizagem, pertencendo-lhe a missão de inovar no processo metodológico, pois se torna imprescindível utilizar de diversas fontes históricas a fim de contribuir na investigação de fatos ocorridos no passado e que hoje auxiliam na reconstituição da história.

A charge é um dos exemplos de fonte histórica a ser utilizada como “mediador cultural”, pois é uma das fontes históricas mais atualizadas e carregadas de informações a serem investigadas e problematizadas. A forma com que o chargista retrata uma problemática, na maioria das vezes, procura ilustrar o presente em que ele está inserido, portanto, a charge é classificada como uma fonte histórica por

revelar a crítica que o chargista faz da problemática econômica, política e social, por exemplo, do tempo e espaço em que ele se encontra.

A partir dos questionamentos que irão surgindo ao observar uma charge, quando se procura investigar e analisar fontes e informações que ajudam a responder a essas questões, nesse momento acontece o processo de construção do conhecimento histórico.

E para que os objetivos sejam atingidos e as aulas sejam satisfatórias para ambos, lembrando que o professor é o mediador do processo de ensino, ele deve transformar a sala de aula em um espaço aberto para as trocas de conhecimentos, pois desta forma, todos poderão contribuir com suas próprias experiências e conhecimentos.

Conseqüentemente, “o conhecimento histórico possibilita ao aluno identificar as interdependências das dimensões temporais (passado, presente e futuro) e seus processos contínuos de transformações” (FRANÇA, 2010, p. 71). Nesse sentido, o conhecimento histórico irá facilitar para o aluno entendimento de sua própria história e fazê-lo enxergar como sujeito atuante dentro do processo histórico propiciando para o desenvolvimento da construção da consciência histórica.

Segundo Rüsen (2001), a consciência histórica funciona como um “modo específico de orientação” visando mostrar caminhos e possibilidades de reconhecer o passado. A consciência histórica é compreendida como algo elaborado a partir das informações sobre as ações do homem em um determinado tempo e espaço, tendo como objetivo dar identidade ao sujeito orientando-o em suas ações.

Conforme explica Rüsen (2001, p. 79), quando o homem está em contato com a natureza, quando ele se relaciona e constrói condições favoráveis para manter essas relações, o homem se torna sujeito histórico dentro de um processo que ultrapassa os limites do tempo.

Nessa perspectiva, a charge traz consigo vestígios históricos, e que necessitam do conhecimento histórico do aluno para se fazer investigações analíticas e reflexivas com o objetivo de entender o passado e suas contribuições/consequências para o presente.

Conforme já discutido, é preciso conhecimento prévio para interpretar a charge, pois a charge não é apenas uma ilustração de um fato histórico, a charge auxilia o aluno na realização da leitura “que envolve tanto aspectos cognitivos quanto sociais” (MAIA, ALVES, 2014, p. 110).

Inicialmente, o professor de algum modo deve despertar a consciência histórica dos seus alunos tornando-os “protagonistas da construção de suas histórias”, ou seja, inserir o aluno dentro do processo histórico, fazendo-o se sentir investigador, com o objetivo dele compreender que a sua própria ação favorece para a construção deste processo, ou seja, observar como de fato aconteceu a História para somente após a compreensão dos “porquês” um fato histórico levou a outro fato histórico, poderá dizer que houve desenvolvimento do conhecimento histórico.

No ensino de História, torna-se imprescindível a utilização de recursos pedagógicos inovadores e enriquecedores para a construção do conhecimento histórico do aluno. Tendo o professor como mediador desse processo, é importante frisar que os alunos são sujeitos ativos na sociedade, portanto, o professor precisa utilizar documentos históricos e inovar na sua metodologia para que a aula de História se torne atrativa e interessante para os alunos, e estes possam ser capazes de imaginar como ocorreram os fatos históricos. Sendo assim, ser capazes de desenvolver a consciência histórica.

Ao utilizar a charge no ensino de História o professor precisa ter em mente que a charge é um texto atraente e apresentar aos seus alunos essa nova ideia de leitura não-verbal, mas carregada de informações que necessitam do conhecimento histórico do aluno para explicar a charge e refletir sobre o que esse tipo de texto quer nos revelar/alertar.

Mas antes, o professor precisa preparar os seus alunos para utilizar deste recurso pedagógico, orientá-los no desenvolvimento da construção do conhecimento histórico para que possam desenvolver o pensamento crítico.

A consciência histórica aqui pode ser compreendida no momento em que o aluno é capaz de sentir que ele mesmo é um sujeito ativo dentro da História, sujeito este que contribui para transformações, rupturas e permanências de fatos que irão modificar o percurso da História.

Em síntese, para realizar uma compreensão aprofundada sobre a charge é preciso que o aluno possua conhecimento histórico sobre o tema abordado, e um conhecimento prévio dos fatos relacionados à temporalidade e aos fatos históricos específicos.

Logo, compreende-se que são elementos necessários para contribuir no entendimento do aluno como um ser atuante dentro da sociedade, um sujeito que está constantemente fazendo história, compreender que as ações do homem estão

conectadas com as três dimensões temporais e isso deve ajudá-lo a descrever as transformações na história da humanidade. Ao realizar essa interpretação de fatos históricos o aluno será capaz de produzir a consciência histórica aprendendo relacionar com os costumes, valores morais e a própria razão, construindo a sua identidade e encontrando o seu espaço em meio à sociedade.

3.5 PROPOSTA PEDAGÓGICA: APRENDENDO SOBRE O VOTO DE CABRESTO NO SÉCULO XXI UTILIZANDO AS CHARGES

Como sugere Litz (2009), após a introdução, análises e discussões sobre o “voto de cabresto” ocorrido durante a Primeira República, o professor neste momento propôs aos seus alunos um novo recurso metodológico de ensino a serem trabalhadas na sala de aula, a fim de retomar o assunto abordado.

Conforme citado anteriormente, para que não houvesse divergências no momento da interpretação das charges, foi necessário que realizasse uma apresentação do tema a ser discutido nessas charges, pois, o aluno precisa de um embasamento teórico para que ele pudesse produzir reflexões e desenvolver o conhecimento histórico, além do mais, conseguir identificar o tema e sua temporalidade conforme o chargista ilustra sua obra e em seguida contextualizar esse conhecimento com a realidade fazendo comparações e argumentações.

O uso da charge como técnica de ensino pôde contribuir positivamente para a aula de História, desde que houvesse propósitos significativos para a sua inserção no ensino. Alguns passos foram seguidos a fim de garantir um bom aproveitamento deste recurso.

O professor ao escolher as charges fez as seguintes observações antes de utilizá-las na elaboração do seu plano de aula: A charge contextualiza com o conteúdo a ser estudado? Os alunos possuem conhecimentos suficientes para desenvolver uma análise crítica? De certo modo, os alunos estão inseridos na sociedade, mas possuem argumentos para fazer comparações da atualidade com o passado? Ao desenvolver uma análise crítica da charge, esse aluno poderá confrontar ou igualar sua opinião com as ideias de outros alunos? Será que os alunos terão a mesma visão crítica comparada com a do chargista? Quais os elementos sociais e históricos que poderão contribuir nessa investigação histórica? Além da leitura crítica, os alunos irão perceber

o humor expresso na charge? Quanto à charge, qual a questão social referenciada e/ou temporalidade?

“A inserção da charge no trabalho pedagógico é a resposta sobre a possibilidade de o humor estar presente na relação em sala de aula” (PAULA, 2013, p.64), lembrando que a charge é uma ilustração humorística, representando questões problemáticas, mas que deve ser questionado o motivo pelo qual o autor provoca o riso no leitor.

Neste caso, o professor questionou os seus alunos sobre o motivo que a charge o fizera rir, ou seja, procurando identificar qual o intuito do autor em provocar risos sobre um determinado assunto. Desta forma, o professor tornou sua aula em um espaço confortável e participativo fazendo com que os alunos se sentissem relaxados, no sentido de não ter medo/vergonha de contribuir com suas opiniões, para expor suas ideias e sentimentos.

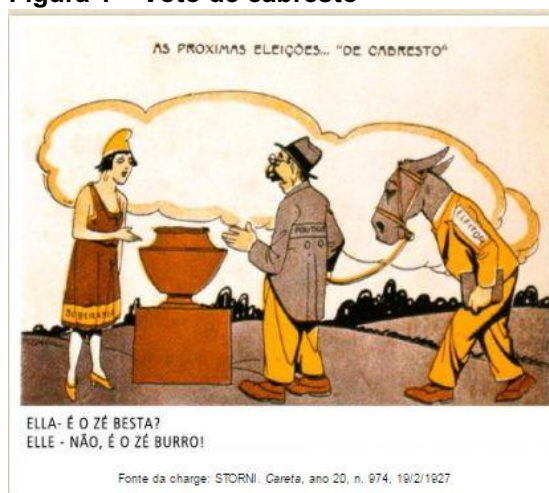
As charges selecionadas para esta proposta metodológica auxiliaram os alunos na elaboração de interpretações sobre o que cada charge queria nos dizer/alertar, e fazendo comparações entre elas, observando que são charges de épocas diferentes, pois ambas trazem uma mesma mensagem sobre a manipulação no sistema eleitoral de nosso país.

O professor esteve orientando os alunos durante a realização de suas pesquisas e auxiliando no desenvolvimento de um trabalho, preferencialmente, em grupo, fazendo com que todos colaborassem com suas ideias. Objetivando despertar a curiosidade dos alunos a buscarem informações sobre a cultura política, discutir sobre a situação do país e induzi-los a pensar no que podem fazer democraticamente para melhorar o nosso Brasil, conforme a atividade abaixo:

Observe a imagem e construa uma análise crítica com base nas questões:

- a) Quem são os personagens e o que eles representam?
- b) Por que as próximas eleições “de cabresto”?
- c) Qual a crítica do autor nesta charge?
- d) Onde se passa a cena?

Figura 1 – Voto de cabresto



Fonte: Boulos Júnior (2016, p. 52).

Na charge de Alfredo Storni (apud Boulos Júnior, 2016) publicada em 1927, os personagens ilustrados são apresentados por uma mulher representando a “soberania”, conforme aparece escrito no seu vestido, lembrando que a mulher até a Constituição de 1824 era excluída de votar, pois eram vistas como incapazes de pensar sozinhas e submissas aos homens. Logo, a “soberania” aqui está representando a República, no entanto, quem detinha o poder eram os ricos latifundiários de terras os conhecidos “coronéis”.

Conforme representado na imagem de chapéu o “político” trazendo pelo cabresto o seu “eleitor”, sendo este conduzido do mesmo modo como um animal por seu dono e, assim, o “voto de cabresto” é representado.

Nota-se que o homem com cabeça de burro se apresenta com uma postura curvada, submissa ao seu coronel, pois muitas vezes o “eleitor” era ameaçado por capangas e jagunços do coronel. Ainda, se observa que o “eleitor” traz consigo um livro debaixo do braço na intenção de mostrar que ele é alfabetizado, lembrando que a Constituição de 1891 não permitia que analfabetos votassem.

A charge critica a falta de empoderamento da “soberania” e de como o “eleitor” era dependente do seu “coronel”, pois quando necessário era a ele quem recorrer por auxílio, por exemplo, dinheiro, remédios, roupas e calçados.

A cena representa a zona rural, conhecido por “curral eleitoral”, pois era este o local em que os coronéis demonstravam o seu poder de dominação e onde se manipulavam os votos a fim de garantir os seus próprios interesses.

O tempo passou, a Constituição mudou e os cidadãos conquistaram o direito de votar livremente em seus candidatos além de garantir o voto direto e secreto. Mas porque ainda existem resquícios do coronelismo e o voto de cabresto na atualidade?

Para responder a esta questão propôs uma observação crítica da charge:

- Qual a crítica do autor para a frase apresentada na charge “aberta a temporada de negociações”?
- Quem são os personagens e como eles estão representados?
- O que está sendo oferecido ao eleitor em troca do seu voto?
- Explique como é o sistema eleitoral.

Figura 2 – Aberta a temporada de negociações...



Fonte: Silva (2014, n.p.).

O autor da charge “aberta a temporada de negociações...” ilustra bem como acontece o processo eleitoral nos dias atuais, apesar das mudanças ocorridas no decorrer da História do Brasil, com a instituição de leis que garantem o sufrágio universal e a punição de crimes eleitorais, observa-se, desde as campanhas políticas até o dia da votação, os candidatos procuram por eleitores interessados em negociar o voto em troca de favores, benefícios e oferta de emprego.

Os personagens aqui são representados por um candidato vestido de terno e gravata, nota-se que o candidato está apoiado por muito dinheiro, aproveitando deste recurso para “ajudar” aqueles “pobres eleitores necessitados”, sendo o candidato representado por um homem de aparência pobre recebendo em troca uma dentadura, atitude muito comum em pequenos municípios.

Aqui o voto é negociado, ao contrário do que acontecia na República Velha, diferentemente, hoje em dia o eleitor não sofre violência física, mas acaba sendo

iludido e aceitando qualquer coisa em troca de um voto que para ele “não faz diferença”.

O sistema eleitoral é representado conforme a Lei Nº 1164/1950, com direito de sufrágio universal independente de alfabetização, classe e renda, porém, infelizmente o eleitor tem o candidato como um ídolo, e no momento de registrar seu voto demonstra muitas vezes sua admiração por um candidato que se mostra “bonzinho”.

As charges selecionadas para este trabalho como recurso metodológico para o ensino de História estão direcionadas ao Ensino Médio, onde os alunos estão prestes a dar um grande passo na vida adulta e a responsabilidade de eleger um representante para a administração de nossa sociedade.

As charges contribuem na aprendizagem de forma lúdica e interativa a partir da metodologia apresentada pelo professor, neste caso a proposta pedagógica foi organizada para utilizar as charges após a introdução e as discussões do tema sobre o “voto de cabresto” durante a Primeira República, conforme sugerido por Litz (2009, p. 33), procurando manter uma ligação direta com o contexto histórico.

As charges promoveram, e ainda promovem, novas questões e/ou críticas dos jovens eleitores, e sob a orientação do professor juntos realizaram uma leitura analítica para posteriormente apresentar suas opiniões e sugestões sobre o voto na atualidade.

O uso da charge como proposta pedagógica torna-se viável para o Ensino Médio, pois está devidamente instruído nos PCNs, como foi sugerido o tema “voto de cabresto” no ensino de História teve como meta gerar uma educação política e social para os alunos do Ensino Médio, contribuindo de forma positiva para a construção do conhecimento histórico de cada aluno, visto que esses alunos estão na fase inicial de escolher seus representantes na política, logo se torna necessário uma orientação na educação política.

Portanto, o professor encarregado de orientar os seus alunos no exercício da cidadania, trazer uma técnica de ensino que contribua na administração de suas aulas, como a charge, faz com que o aluno aprenda História de outra forma, ou seja, de um jeito lúdico e interativo, e também fazendo o aluno se sentir sujeito histórico. Dessa forma, o professor trabalhou com a colaboração de todos os seus alunos, pois no momento de interação os alunos puderam exercer a liberdade de expressão, ou melhor, dizendo, conhecer o verdadeiro sentido da palavra “democracia”.

A charge é uma técnica de ensino que não deve simplesmente ser inserida na metodologia de ensino como pronta e acabada, pois não adianta escolher um recurso que seja pedagógico e que o professor acredita que os alunos irão gostar, é preciso que o professor estude e faça uma pesquisa com justificativa apropriada da utilização deste recurso metodológico em sala de aula contextualizando com os conteúdos a serem abordados, a fim de evitar uma prática de ensino considerada tradicional.

Portanto, o uso da charge nesta proposta pedagógica levou a compreender qual a importância do uso deste recurso para o desenvolvimento do ensino de História, pois contribuiu na ludicidade da aprendizagem do aluno, além de tornar a aula mais dinâmica, apresentou uma técnica de ensino que contextualiza o conteúdo abordado.

A charge tem essa função de promover uma análise reflexiva, sob orientação pedagógica, o aluno pôde desenvolver o pensamento crítico e social, pois as charges aqui apresentadas promoveram uma problemática de fatos históricos a serem comparados e interpretados pelos próprios alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verdade é que enquanto o homem tiver sede de poder, buscar somente o objetivo próprio e deixar o egoísmo dominar sua mente, infelizmente, jamais iremos alcançar uma política justa, ética e democrática.

E apesar da corrupção que assombra o país, nós cidadãos brasileiros não devemos desistir de lutar pelo nosso Brasil. O povo tem o poder de mudar a sociedade e para isso tem uma arma: o voto. Ter a consciência do poder que possui e não deixar se levar pelas ameaças e pelo medo impostos pelos candidatos, pois, existem diversas leis que punem os crimes eleitorais estabelecidas pela própria Justiça Eleitoral, logo, podemos juntos conquistar uma política que seja verdadeira e honesta.

Compreende-se que a principal função da charge é problematizar questões sociais de forma sarcástica e humorística promovendo a liberdade de expressão da realidade. Portanto, a charge se destaca como técnica de ensino, tendo o objetivo de provocar no leitor uma leitura reflexiva da realidade política, econômica e social.

Nota-se que o professor não deve apenas apresentar uma metodologia sem uma preparação pedagógica sobre o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, logo, é indispensável que o professor pesquise por outras técnicas de ensino visando contribuir no desenvolvimento do pensamento crítico e social de cada aluno.

Entende-se que a charge pode ser adotada como uma técnica de ensino capaz de auxiliar o professor no seu trabalho pedagógico colaborando no processo de ensino articulando com os conteúdos a serem estudados, enquanto para o aluno esta técnica facilita no processo de aprendizagem por permitir contextualizar os fatos históricos com a realidade do aluno.

A proposta pedagógica apresentada neste trabalho tem pontos positivos para o processo de ensino-aprendizagem, o uso da charge como metodologia de ensino apresentou características essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico e social do aluno.

Como foi sugerida a utilização da charge logo depois da introdução do conteúdo na aula de História contribuiu para que o aluno pudesse contextualizar com o tema abordado pelo professor sobre o processo do “voto de cabresto” durante a Primeira República e a construção do sufrágio universal.

Desta forma o aluno teve referencial teórico para entender o processo eleitoral e formular argumentos críticos ao comparar as charges, na primeira charge foi ilustrada o funcionamento do sistema do “voto de cabresto” durante a Primeira República onde os coronéis eram ricos fazendeiros detentores do poder regional e usavam da força física para arregimentar os votos dos ditos cidadãos pertencentes ao seu “curral eleitoral”. E na segunda charge se observou o resquício desse processo eleitoral o “voto de cabresto” sob uma nova roupagem de terno e gravata, invés do uso de violência física passaram a usar estratégias desde psicológicas à negociação do voto por dinheiro.

Portanto, as charges foram utilizadas como um dos métodos de ensino capaz de manter fatos históricos interligados com acontecimentos atuais, e o aluno estando inserido no meio desses acontecimentos colaborou verdadeiramente para o sentido de sujeito histórico e atuante na sociedade.

As charges selecionadas também tiveram como intenção promover a liberdade do aluno em expressar o seu entendimento em relação ao sistema político e as fraudes que acontecem durante as eleições, além de alertá-los para uma conscientização em prol da sociedade, pois torna-se significativo entender que um voto pode sim fazer a excepcional diferença.

Assim sendo, o professor encontrará nos PCNs e demais instrumentos de ensino orientações básicas que irão lhe ajudar na elaboração de metodologias que cooperam para o “despertar” do conhecimento histórico dos seus alunos, em especial para o ensino de História, onde os alunos instruídos e fazendo uso de recursos pedagógicos poderão mergulhar na história e fazer descobertas importantes para compreender as transformações, as rupturas e permanências do que se vive hoje, e ainda encontrar soluções para as problemáticas manifestadas na sociedade.

Porém, nota-se que a educação está sedenta por uma revolução, e por que não começar pelo próprio professor em revolucionar nos seus métodos de ensino, sair do método tradicional, ou seja, da sua “zona de conforto”, se disponibilizar a pesquisar mais e deixar a criatividade fluir, utilizar técnicas de ensino para tornar as aulas mais agradáveis, técnicas de ensino que sejam capazes de orientar o aluno no processo de ensino-aprendizagem e estimulá-lo a ter essa “sede pelo conhecimento” e, conseqüentemente, contribuir na construção do conhecimento histórico do aluno.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **Os Annales e a história-problema** – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. *História: Debates e Tendências* – v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, p. 305-325.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania**. Ensino Médio, 3º ano. Componente curricular: História. 2º Ed. São Paulo: FTD, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018, p. 567-579. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em 19 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e quarto ciclo do ensino Fundamental: História. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf> Acessado em: 27 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999, p. 21-28. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>> Acessado em: 27 fev. 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> Acesso em 13 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 13 out. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº135, de 4 de junho de 2010**. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Brasília: Congresso Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm> Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950**. Institui o Código Eleitoral. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1950. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1164.htm>Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.** Institui o Código Eleitoral. Brasília: Congresso Nacional, 1965. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4737.htm>Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Brasília: Congresso Nacional, 1997. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm> Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.** Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. Brasília: Congresso Nacional, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9709.htm> Acesso em: 13 out. 2019.

COELHO, Fabiano. **As charges e suas potencialidades como fontes históricas.** XIII Encontro Regional de História. ANPUH-MS. História e democracia: possibilidades do saber histórico. Coxim: ANPUH-MS, 2016. Disponível em:<http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478183576_ARQUIVO_TextoCompleto-ANPUH-2016-AsChargesesuasPotencialidadescomoFontesHistoricas.pdf> Acesso em: 18 jan. 2020.

COTRIM, Gilberto. **História Global– Brasil e Geral.** Volume Único. 8º Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005, p. 458-469.

FRANÇA, Cyntia Simioni. **Produção do conhecimento histórico.** História VII. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994

GOMES, Laurentino (1956). **1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil.** 1ª Ed. São Paulo: Globo, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina A. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEAL, Victor Nunes. (1948), **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil.** 7º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LISI, Marco. **O voto dos indecisos nas democracias recentes: um estudo comparado.** Lisboa: Análise Social, 2010, n. 194, p. 29-61. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732010000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 out. 2019.

LITZ, Valesca Giordano. **O uso da imagem no ensino de História.** Caderno Temático do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: PDE, 2009. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1402-6.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2020.

MAIA, J. V. ALVES, A. P. M. **A charge na sala de aula e uma proposta de leitura crítica:** saberes necessários à (auto) reflexão de uma aprendizagem contextualizada no cotidiano escolar. Didática e Prática de Ensino na relação com a Escola – ENDIPE 2014, livro 1, p. 105-115.

PAULA, Carla Ramos de. **O gênero discursivo charge:** uma proposta pedagógica para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Cascavel: UNIOESTE, 2013.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história: fundamentos da ciência histórica. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2001.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia da Pesquisa-** a construção do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

SILVA, Elizabete Cristina da. **O voto de “cabresto” na atualidade.** PIBID Sociologia UFPB. João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: <<https://pibidsociologiaufpb.wordpress.com/2014/08/05/o-voto-de-cabresto-na-atualidade/>> Acesso em: 18 out. 2019.

SPECK, Bruno Wilhelm Speck. **A compra de votos – uma aproximação empírica.** Campinas: Opinião Pública, 2003, vol. 9, p. 149-169. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100006> Acesso em: 13 out.2019.

TER-PI. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. **Revista Eleições & Cidadania.** Ano 6, nº 6, 2015/2016. Teresina: TRE-PI, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4189/2017_eleicoes_cidadania_a6_n6.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 13 maio 2020.